

Participação da Bahia na luta pela Independência

LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES

Doutor em História. Professor Titular da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia

Procurando identificar a participação da Bahia no movimento pela Independência do Brasil, parece-me que a primeira questão histórica em debate consiste em indagar quando a antiga luta contra o domínio de Portugal na Bahia alcança a estatura e amplitude da luta contra o domínio de Portugal em todo o Brasil. Por certo que não é preciso recuar aos finais do século XVIII — aos anos de 1794, 1797 e 1798, que estão ligados aos acontecimentos do episódio histórico denominado Conjuração dos Alfaiates — ou vir até mais próximo, ao vacilante e confuso 1817 baiano, o 1817 do martírio de Abreu e Lima (Padre Roma) na cidade do Salvador. Cada episódio desses demonstra que existia na Bahia mais que sentimentos de oposição ao domínio político e econômico de Portugal, porquanto identificamos conspirações que envolvem oficiais militares nascidos no Brasil (aproveito a ocasião para recordar o alto exemplo do Tenente Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja), homens das profissões liberais, religiosos, produtores e lavradores proprietários. Portanto, o que indago é o seguinte: — Quando é que a revolução do recôncavo (guardo a expressão de Wanderley Pinho) (1) une-se ao amplo movimento do Rio, S. Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, colocando o Príncipe D. Pedro no centro das decisões que separavam o Brasil de Portugal — ou o governo do Brasil do governo de Portugal — todavia mantendo todo o Brasil — o Brasil das antigas Capitanias Gerais e Subalternas — unido sob a autoridade única de um governo executivo central?

Para concentrar a análise da questão a partir de 1822, começo examinando os dias sangrentos de Fevereiro: 19, 20 e

1. PINHO, José Wanderley de Araújo, A Bahia — 1808/1856, in O Brasil Monárquico, vol. II, 2: Dispersão e Unidade, História Geral da Civilização Brasileira, 4, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964. p. 242.

21. Naquela altura, a tática do governo de Portugal (Cortes Gerais e Rei D. João VI), para manter o Brasil ligado a Portugal, era no sentido de neutralizar qualquer mínima possibilidade para a existência de governo executivo central no Brasil. Não tem outra razão o decreto de 29 de Setembro de 1821. Quase em seguida ocorrem alterações nos comandos das tropas regulares — os corpos de linha — com as nomeações de oficiais portugueses mais comprometidos com a política do governo de Portugal. Essas alterações logo motivaram nos quartéis a maior rotura entre oficiais e soldados nascidos no Brasil e oficiais e soldados nascidos em Portugal.

Resultado das circunstâncias da adesão da Bahia à revolução liberal em Portugal (10 de Fevereiro de 1821), o comando das armas coubera ao Coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães por causa de sua condição de brasileiro. Nomeado pelo governo de Portugal para substituir Freitas Guimarães, a 11 de Fevereiro de 1822 — já ocorrera o Fico — oficiou o Brigadeiro Ignácio Luiz Madeira de Mello aos comandantes dos fortes de S. Pedro, Santo Antônio e Barbalho, comunicando a nomeação, e a Freitas Guimarães, requisitando o comando. Em resposta a esses ofícios, os militares brasileiros do 1.º Regimento de Infantaria, da Legião dos Caçadores e da Artilharia, argüiram a ilegalidade da nomeação, atitude que orientou a subseqüente posição da Câmara Municipal da cidade do Salvador, algo protelatória, mas sempre contrária à posse requerida pelo Brigadeiro Madeira de Mello.

No dia 19 de Fevereiro, ainda muito cedo (6:30 da manhã) soaram disparos para os lados do forte de São Pedro. Horas depois aconteciam choques de soldados brasileiros e portugueses nas Mercês, no Rosário e na praça da Piedade. Ainda nessa mesma manhã de 19, obedecendo ordens de Madeira de Mello, o Tenente Coronel Joaquim Antônio de Almeida, movimentando artilharia e soldados dos fortes de Santo Antônio e do Barbalho, atacava o forte de São Pedro, onde estavam concentrados os oficiais e soldados nascidos no Brasil. Resistiam. Contudo, ante a superioridade das forças portuguesas, São Pedro terminou por se render na manhã do dia 21.

Ficaram testemunhos de que houve total perda de comando sobre soldados e marujos portugueses, a certa altura da tarde de 19. São, portanto, grupos desordenados, de marujos, soldados e elementos do comércio, que saem pelas ruas da cidade do Salvador, tiroteando pessoas e saqueando casas. Um grupo desses bateu na porta do claustro do Convento da Lapa, forçando entrar sob a alegação de que abrigava militares brasileiros. Enfrentou-os a Abadessa, Madre Joana Angélica de Jesus, que ali mesmo é mortalmente ferida, vindo a falecer na madrugada do dia seguinte, 20.

Com a tomada do forte de São Pedro, a prisão e remessa de Freitas Guimarães para Lisboa, e a ocupação da cidade do Salvador pelas tropas portuguesas, diversos militares brasileiros dirigiram-se para o Recôncavo, muito especialmente para as Vilas de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira. Alguns seguiram por terra, passando por Itapuã e Abrantes; outros, pelas águas da baía de Todos os Santos, em saveiros e canoas. Com esses militares também saíram de Salvador muitas famílias de produtores e lavradores proprietários.

Assim se estabelecem no Recôncavo as condições peculiares do movimento que é historicamente identificado como “revolução do Recôncavo” — o que deve ser entendido como movimento regional contra as tropas portuguesas aquarteladas na cidade do Salvador. Ainda aí, as tendências estão entre a lealdade às idéias liberais, ao constitucionalismo, ao Rei D. João VI, e um vago separatismo, ao mesmo de Lisboa e do Rio, como parece ter concluído Vasconcelos Drumond na sua viagem à Bahia.

Na Câmara Municipal do Salvador e na imprensa política ainda continuavam a luta pelas idéias liberais constitucionais um Francisco Gomes, um Corte Real. Naqueles mesmos dias, a Junta Governativa — a que foi eleita em janeiro de 1822 — procura coonestar a submissão ao governo de Portugal com os interesses brasileiros, daí por que informava às Cortes de Lisboa: “não pode dissimular (a Junta) que, afora uma fração só numerosa na classe mercantil desta cidade, a maioria da Pro-

víncia sem dúvida deseja reunir-se àquelle augusto centro da familia brasileira" (o governo do Príncipe D. Pedro).

Nos mês de Maio chega de Lisboa Miguel Calmon du Pin e Almeida, trazendo a carta-consulta, datada de 22 de Março, dos deputados da Bahia às Cortes. É um hábil documento político, com o qual Alexandre Gomes de Ferrão Argollo, Domingos Borges de Barros, Marcos Antônio de Sousa, Pedro Rodrigues Bandeira, Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, José Lino Coutinho e Cipriano Barata, formulavam a questão da delegação do Poder Executivo no Brasil, "figuradas as alternativas de uma ou duas, ou ainda da concentração desse poder na pessoa do Rei, que transferia às Juntas de cada Província a parte que fosse necessária à pronta execução das leis".

Até ser proibido, o "Diário Constitucional", e até ser empastelado, "O Constitucional" — os jornais em que foram redactores Francisco Gomes Brandão, José Avelino Barbosa, Francisco José de Almeida Corte Real e Antonio Pereira Rebouças — haviam examinado o grave problema daquele instante de encruzilhada, a Bahia colocada entre a obediência ao governo de Portugal, o que significava um retrocesso; a rebelião contra as tropas portuguesas ocupantes da cidade do Salvador; e a aceitação da autoridade do Príncipe D. Pedro. Esses jornais haviam insistido pela existência de um centro único do Poder Executivo no Brasil, exercido pelo Príncipe, mas de acordo com as regras de uma Constituição Liberal.

A consulta às Câmaras Municipais é de Maio. Só em Junho, porém, os bahianos encontraram a fórmula que os devia unir e conduzir à luta comum pela Independência. De fato, é a 14 de Junho, na reunião da Câmara Municipal de Santo Amaro, que a revolução do Recôncavo se encaminha para encontrar o movimento comum pela Independência de todo o Brasil.

Há anos já ensinou o inesquecível mestre Wanderley Pinho:

"As glórias da Pátria não são glórias regionais. Os feitos dos heróis não disputam, não podem disputar, entre si, antecedenças de dias nem exclusivismo de fautores. Tudo é ver a his-

tória como as aves vêem a superfície dos prados — com olhos de medir grandezas" (2).

Seguindo esta lição de patriota brasileiro para patriotas brasileiros, não indago prioridades, mas somente procuro compreender o que há, realmente, de decisão nova, nesse pronunciamento de Junho de 1823 na Vila de Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia. Está em documento claro e direto. Diz:

"Que haja no Brasil hum centro unico de Poder Executivo; (...)

que este Poder seja exercitado por sua Alteza Real o Príncipe Real segundo as regras prescriptas em huma liberal Constituição; (...)

e que a Séde do mesmo Poder seja aquelle logar que mais util for ao bom Regimen e administração do Reino".

Adiante, continua:

"Que o Brasil tenha hum Exercito proprio para sua defesa; (...)

que o Brasil tenha a necessaria Armada Naval para a defesa de suas costas; (...)

que haja no Brasil hum Tesouro Nacional onde se arrecade o contingente das rendas das suas Províncias; (...)

que se estabeleça no Brasil hum Tribunal Superior de Justiça; (...)

que em cada Província do Brasil haja huma Junta de Governo eleita pelo Povo e Presidida por hum membro della escolhido pelo Poder Executivo".

A partir da aprovação deste documento é possível acompanharmos a sequência dos preparativos para a união da Bahia ao governo do Príncipe.

2. PINHO, José Wanderley de Araújo, in Amaral, Braz do, Ação da Bahia na obra da Independência Nacional, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923, 120 p.

A 21 de Junho, reúnem-se produtores, lavradores proprietários e militares, não só para acordarem a forma de aclamar o Príncipe, como também para medidas práticas: inventário de armas, munições e homens em armas nas tropas milicianas.

A 24 de Junho concentram-se oficiais e soldados milicianos no sítio Belém, povoado acima de Cachoeira.

Na manhã do dia 25 descem para Cachoeira os Coronéis José Garcia de Moura Pimentel e Aragão e Rodrigo Antônio Falcão Brandão. Comandam 400 milicianos.

São os Coronéis José Garcia e Falcão Brandão que solicitam a reunião da Câmara, conforme depõe José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) no tomo 4.^o, Capítulo 9, da "História dos principais sucessos..." Atendida a convocação, a 25 de Junho de 1822 a Câmara Municipal de Cachoeira aclama D. Pedro "Defensor perpétuo e Constitucional do Brasil", decisão aplaudida pelos milicianos e por quantos mais se encontravam na praça hoje denominada da Regeneração. Tal como sucedera em Santo Amaro, também em Cachoeira surgiu imediata reação de alguns portugueses. Mas, enquanto fora possível, em Santo Amaro, recolher às suas casas esses elementos, em Cachoeira, por causa da proximidade da escuna canhoneira enviada por Madeira de Mello, dias antes, para bloquear o Rio, os tiros do português Manoel Machado Nunes cresceram de importância e abriram a fase de guerra da luta pela Independência do Brasil na Bahia.

Para dar unidade e comando à luta, em reunião, na manhã do dia seguinte, 26, os patriotas destituíram as autoridades vacilantes — o Juiz de Fora Antônio de Cerqueira Lima e o Capitão mor José Antônio Fiusa — e formaram a Junta Conciliadora de Defesa, composta de Antônio Teixeira de Freitas Barbosa (Presidente), Antônio Pereira Rebouças (Secretário), José Paes Cardoso, Padre Manuel José de Freitas (mais conhecido pelo nome que adotou: Padre Manuel Dendê Bus), e Antônio José Alves Bastos. Essa Junta dirigiu apelo ao comandante da escuna, mas obteve como resposta a ameaça de destruição da Vila. Foi então organizado o ataque contra a canho-

neira, desenvolvendo-se árdua luta armada nos dias 26, 27 e 28. Por fim, na noite de 28, cerca das 8 para horas, a escuna calou as bocas de fogo e se rendeu.

Esses acontecimentos em Cachoeira levaram as diversas Vilas do Recôncavo à convocação de homens, armas e munições, para a guerra contra as tropas e os navios de guerra portugueses. As adesões de São Francisco, onde estava o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, de Itaparica, Nazaré, Jaguaripe e Maragogige, tomaram particular importância estratégica para o desdobramento tático militar da guerra. Com efeito, após a ocupação da passagem denominada Funil — o ponto que mais aproximava a ilha de Itaparica do continente — os brasileiros cortaram um dos caminhos para o abastecimento de Salvador. Tanto foi assim que o comando português repetiu mais de uma tentativa para a reconquista da passagem do Funil — a começar do ataque de 29 de Junho, heroicamente repellido pelos milicianos comandados por Francisco José Batista Massa.

Já era a guerra pela libertação. Ao longo do seu decurso, do 25 de Junho em Cachoeira até o 2 de Julho em Salvador, destacamos uma primeira fase, na qual as operações de guerra seguiram as iniciativas locais dos responsáveis pelas caixas militares, quase todos eles grandes produtores e lavradores proprietários e uma segunda, na qual o comando militar foi unificado pelo General Pedro Labatut, enviado por D. Pedro à frente de tropas regulares que saíram do Rio em Julho, mas só alcançaram a Bahia em Outubro.

Na fase que vai de Junho a Outubro de 1822, meses em que a ação foi da iniciativa regional, surgiram e tomaram forma militar diversos Batalhões Patrióticos, alguns dos quais citamos: Companhia dos Caçadores de Santo Amaro, que obedeceu ao comando do senhor de engenho Capitão Antônio de Bittencourt Berenguer César; a dos Voluntários da Vila de São Francisco, comandada por Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, e a Companhia da Torre, organizada e comandada pelo futuro Visconde de Pirajá, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Posteriormente, com o batismo de fogo, esses Batalhões

engrossaram as tropas regulares, formando o Exército que venceu Madeira de Mello.

Haviam então dois governos na Bahia. Um, a Junta, em Salvador, leal ao governo de Portugal; e outro, o Conselho Interino, composto de representantes eleitos pelas Vilas que aceitavam a autoridade do Príncipe. Este governo, eleito por brasileiros e constituído de brasileiros, colocou na Presidência Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, e escolheu para Secretário o jornalista de "O Constitucional", Francisco Gomes Brandão, mais conhecido pelo nome que adotou: Francisco Gê Acaíba de Montezuma, o futuro Visconde de Jequitinhonha.

Perante a revolução do Recôncavo, a Junta cedia às exigências repressivas de Madeira de Mello. Porisso mesmo, esvaíava-se. (Um dos atos concessivos da Junta foi concordar com o sequestro de Gervásio Pires Ferreira, quando o ex-Presidente da Junta brasileira de Pernambuco passava pelo porto do Salvador a bordo do paquete inglês em que embarcara no Recife. Não diminui a responsabilidade da Junta o fato do próprio cônsul inglês, William Pennel, haver compactuado com a retirada de Gervásio Pires Ferreira de bordo do paquete). Em colocação oposta à Junta de Salvador, o Conselho Interino governava a guerra. Porisso mesmo, quando Labatut alcança Feira de Capuame (atual Dias D'Ávila) a 29 de Outubro de 1822, os Batalhões Patrióticos já ocupavam todo o Recôncavo, inclusive a ilha de Itaparica.

Profissional competente, Labatut procurou consolidar as posições anteriormente conquistadas, e estabelecer disciplina e comando para as tropas regulares e os Batalhões Patrióticos. Foi assim que este Exército ficou coeso em sua estrutura, distribuído em três Divisões: a 1ª, em terras do Engenho Novo de Pirajá, sob o comando do Coronel José de Barros Falcão de Lacerda; a 2ª, com a 3ª, 4ª e 5ª Brigadas, sob o comando do Coronel Felisberto Gomes Caldeira; e a do centro, comandada pelo Coronel José Joaquim Alves de Lima e Silva.

É na fase do comando de Labatut que a guerra pela Inde-

pendência do Brasil na Bahia vive os seus principais choques, o mais sério dos quais foi o combate em Campinas-Pirajá.

Antes de referir Pirajá, volto à questão histórica que formulei. E volto para responder que a revolução do Recôncavo uniu-se ao amplo movimento pela Independência na altura em que os Batalhões Patrióticos — organizados, fardados, municiados e alimentados pelos produtores e lavradores proprietários — encontraram as tropas regulares. Ou seja: o Exército.

Ainda são grandes os problemas do comando militar único — como é possível acompanharmos da troca de ofícios entre Labatut e o Conselho — mas a realidade da guerra mostrava aos do Conselho que a luta na Bahia somente encontraria solução no quadro geral da Independência de todo o Brasil. Ademais, estava na consciência dos antagonicos — o governo de Portugal e o governo do Príncipe D. Pedro — que a posse da Bahia (quase restrinjo: da cidade do Salvador), era condição básica para a estabilidade do Reino do Brasil, fosse para submeter a Província a Portugal, ou fosse para ligar a Província ao governo do Príncipe. Daí concluo que os menores combates da guerra pela Independência na Bahia ganham importância na medida em que decidem a posse da Bahia. Além do mais, a verdade é que a concentração das forças armadas de Portugal na cidade do Salvador colocavam em perigo a causa da Independência do Brasil. É sob esta luz, portanto, que valorizamos o combate de Pirajá.

Antes de Labatut alcançar Capuame, no avanço do Recôncavo para Salvador, o alferes Francisco de Faria Dutra já ocupava um ponto próximo da sede do Engenho Novo de Pirajá (Coqueiro) à frente de 50 soldados do 1.º Regimento, enquanto o Coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão aquartelava em terras do antigo Engenho Cabrito. A essas forças juntaram-se o Batalhão comandado por Alexandre Gomes de Argollo Ferrão e as tropas do Rio e de Pernambuco. Ao todo: 400 homens, sob o comando do capitão Guilherme José Lisboa; 225 pernambucanos, comandados pelo Tenente Coronel José de Barros Falcão de Lacerda; 500 voluntários do Batalhão de Argollo Ferrão;

70 soldados sob o comando do alferes Dutra; a companhia de montados das Vilas de Pojuca e São Francisco; 30 milicianos saídos da cidade do Salvador sob o comando do sargento Manuel Alves do Nascimento e o Batalhão dos Henriques (escravos com oferta de alforria).

Tendo como objetivo tático desorganizar a linha de ataque e bloqueio que o Exército brasileiro estabelecera de Pirajá à Itapuã, a ofensiva portuguesa contra as posições da 1ª Divisão, no dia 8 de Novembro de 1822, tinha movimento de pinça — pelo mar, de São Braz e Escada; por terra, pela estrada das Boiadas. No amanhecer do dia 8, quatro lanchões comboiados por duas canhoneiras, desembarcaram 300 soldados de infantaria e 100 marinheiros portugueses, em São Braz e Escada. Enquanto isto, a Legião Constitucional Lusitana, cerca de 1.500 homens, marchava pela estrada das Boiadas, sob o comando do Coronel Victorino José de Almeida Serrão. Apareceram de surpresa nas avançadas das linhas brasileiras, em Campinas, onde caiu morto o Cadete brasileiro José Barbosa Cabral. Também aí morre o herói da guerra pela Independência, Tenente Pedro Jacome Ferreira, quando enfrentava os soldados inimigos armado de sabre.

Nas quatro primeiras horas da batalha, os brasileiros conseguiram deter os portugueses em Campinas. Chegavam novos e novos reforços para os comandantes portugueses Joaquim Antônio de Almeida e Victorino Serrão. A certo instante, quando passava a ser evidente a superioridade numérica dos atacantes (1.900 portugueses para 1.200 brasileiros), ademais soldados portugueses veteranos das guerras contra o exército francês, Barros Falcão viu que as linhas fraquejavam. Teria mesmo dado a ordem de “Retirar” que o cabo-clarim Luís Lopes transformou em “Avançar Cavalaria e degolar”?

Essa versão está em Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, o valioso cronista das “Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia”. Acioli, que assevera ter conhecido Luís Lopes, escreveu sobre uma tradição oral, mas não deixou qualquer indicação de documento ou testemunho escrito que comprove o feito.

Mais que o possível toque do cabo-clarim Luís Lopes, valeram as heróicas ações, individuais ou de conjunto, dos brasileiros, para a decisão do combate, que começou com ataques e defesas de trincheiras e logo se generalizou em aberto vale-tudo, com a utilização de facas, punhais e baionetas. Tendo ou não ocorrido o toque-surpresa — toque romantizado como decisivo — o fato é que soldados portugueses começaram a ceder, estando suas fileiras dispersas em largo terreno. É tanto que os comandados perderam os Comandantes, situação em que foram tenazmente perseguidos pelos brasileiros até Lapinha.

Além do aspecto militar, deve-se observar que não estão em Pirajá apenas os baianos; estão os brasileiros. São do Rio o Major Joaquim Francisco das Chagas Cadete e o Tenente Epiphânio Ignácio da Luz; é de Penedo o Capitão Joaquim Fortunato de Santana; são de Pernambuco o Tenente Antônio Correia Seara e o Capitão Thomas Pereira e Melo — para ficarmos somente em alguns dos nomes mais repetidos no poema “Paraguagu”, de Ladislau dos Santos Titara, o poeta-cronista de toda a campanha militar pela Independência.

Com a vitória em Pirajá, “o cerco terrestre se consolida” (Wanderley Pinho), as forças brasileiras distribuídas de Cabrito à Conceição, e de Itapuã até Brotas. Não se trata, portanto, de contar os mortos e feridos, para retirar dessa pilha a importância histórica do combate de 8 de Novembro nos “cercos da Bahia”, como diria Castro Alves na Ode aos 2 de Julho. Não! não é na quantidade de mortos que está o valor do combate em Pirajá. Mas — isto sim! — no que representou para a tática geral da guerra, consolidando o cerco da cidade do Salvador e frustrando a estratégia militar portuguesa, que cogitava estabelecer uma retaguarda segura para, em seguida, bloquear a baía da Guanabara e atacar o Rio de Janeiro.

Há um aspecto pouco advertido, para o qual desejo chamar atenção: é o número de homens em armas. No reparo do Barão do Rio Branco ao texto de Varnhagen, História da Independência do Brasil, tínhamos 7.409 homens em abril de 1823. Somando-se, porém, os voluntários que formavam os Batalhões

Patrióticos, os soldados dos diversos regimentos de infantaria e artilharia, os marinheiros de João de Oliveira Botas e os que chegaram com Lord Cochrane, não teremos, em abril de 1823, menos de 13 mil homens nas fileiras das forças armadas brasileiras. No comum, deixamos de atentar para esses números, que são expressivos de um conflito bélico de proporções. Por outro lado, é preciso somar o que existiu de sacrifícios da parte dos brasileiros que sitiaram Salvador por terra e por mar durante longos e penosos oito meses.

Disse cerco por terra, indicando as posições do Exército nos pontos de Pirajá, Cabrito, Cabula, Brotas e Itapuã — caminhos para as diversas áreas das lavouras de subsistência.

Digo cerco por mar, e lembro a flotilha de barcos e saveiros, a princípio organizada pelos patriotas na ilha de Itaparica, e depois comandada pelo Tenente João de Oliveira Bottas, para isso vindo do Rio. Foi essa flotilha responsável pelo bloqueio dos rios Jaguaribe e Paraguaçu, e pelo comboio de barcos e saveiros de mantimentos para o Exército em Pirajá. Sua primeira ação foi a 8 de Dezembro de 1822, quando enfrentou os brigues "Audaz" e "Prontidão", a escuna "Emilia", dois barcos, duas canhoneiras e alguns lanchões portugueses. Em janeiro de 1823 construídos ou adaptados no porto de Valença, já estavam em Itaparica os barcos Pedro I, com 50 tripulantes; D. Leopoldina, com 68; 25 de Junho, com 88; D. Maria da Glória, com 50; D. Januária, com 67; D. Paula, com 70; Vila de São Francisco, com 55, e Presa, com 70; auxiliados pela escuna Cachoeira, que tinha capacidade para 109 tripulantes.

Sentindo falta de mantimentos em Salvador, e achando que era mais fácil alcançar Jaguaribe, Nazaré, Maragogipe e o fértil vale do Iguape, forçando passagem pela baía de Todos os Santos, os comandantes portugueses, Brigadeiro Madeira de Mello e Chefe de Divisão João Félix Pereira de Campos, comandaram a ofensiva de 6 de Janeiro, contra o forte de São Lourenço, na ilha de Itaparica, e os barcos da flotilha sob o comando do Tenente João das Bottas.

O ataque começou às 9 da manhã e se prolongou até à tarde. É da tentativa de desembarque português em Amoreiras que

Xavier Marques narra, no romance histórico Sargento Pedro, o temerário desafio de Francisco Xavier de Barros Galvão. Com o seu cavalo, adiantou-se até a "franja de espumas da praia", e ergueu a espada para a barca portuguesa que metralhava os brasileiros. Teve então a mão decepada.

Narra Xavier Marques:

"Envolveu o pulso em um lenço; perdia sangue, mas resistia ao tenente miliciano e ao sargento que queriam conduzi-lo à sua casa das Amoreiras. Obstinou-se e ficou ainda por algum tempo a dirigir a ação".

Nesse dia 6 de Janeiro, a flotilha de João das Bottas capturou 10 barcos da esquadra portuguesa. E foi da repercussão positiva da vitória conquistada que Labatut ofertou para os defensores da ilha de Itaparica a bandeira Imperial — símbolo do Brasil unido e independente. Na proclamação que enviou, dizia: "Itaparicanos! continuai a mostrar aos nossos inimigos que tendes por divisa e é o vosso timbre — Independência ou Morte!"

Foi, assim, com o Brasil em destaque, que a Bahia participou da luta pela Independência. E muito embora as atividades de guerra tenham assegurado a Independência do Brasil com a expulsão das tropas portuguesas, não foi menor a contribuição da Bahia para a solução política e jurídica do Brasil unido — de todo o Brasil unido — após a separação do Brasil de Portugal.